

MERCADOS



Bovespa bate 139,3 mil pontos e renova recorde de encerramento

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve um dia de variação restrita, de cerca de mil pontos entre a mínima (138.320,61) e a máxima (139.408,29) do dia, em que saiu de abertura aos 138.424,96 pontos. No fechamento, mostrava ganho de 0,66%, aos 139.334,38 pontos, superando o recorde de encerramento de terça-feira passada, então perto do limiar dos 139 mil pontos, a 138,9 mil. O giro financeiro de ontem ficou em R\$ 25,2 bilhões, após ter avançado no dia anterior por conta do vencimento de opções sobre o índice - hoje será a vez do vencimento de opções sobre ações. Na semana, o Ibovespa sobe 2,07% e, no mês, ganha 3,16% - no ano, a alta é de 15,84%.

O suporte ao índice foi assegurado pela principal ação da carteira, Vale ON, que fechou em alta de 1% e por parte das ações de grandes bancos, à exceção de BB (ON -1,21%), e tendo Itaú (PN +1,34%) e Bradesco à frente (ON +0,68%, PN +0,99%). Petrobras também tentou se firmar no campo positivo à tarde, com a ON em alta de 0,32%, mas a PN um pouco abaixo da estabilidade (-0,13%) no fechamento.

Os índices de ações em Nova York tiveram ajuste discreto, com variações entre -0,18%

(Nasdaq) e +0,65% (Dow Jones) no fim da sessão, em dia de correção mais forte no petróleo, em baixa superior a 2% no Brent e no WTI. O dia foi de ajuste negativo nos rendimentos dos Treasuries, mas, por aqui, a curva do DI virou e chegou a subir à tarde, mas encerrou em baixa. O dólar à vista fechou em alta de 0,82%, a R\$ 5,6788.

Na ponta ganhadora do Ibovespa (Índice Bovespa) na sessão, Yduqs (+6,82%), BRF (+4,78%) e Vivara (+4,68%). No lado oposto, CVC (-6,72%), Azul (-5%) e IRB (-3,37%).

No fechamento, Eletrobrás ON mostrava perda de 3,22% e a PNB, de 3,13%, enquanto os ganhos no segmento chegaram a 3,13% (Cemig PN, na máxima do dia no encerramento da sessão).

DÓLAR

O dólar acentuou bastante o ritmo de alta ao longo da tarde de ontem, e se aproximou no nível de R\$ 5,70 com um aumento da percepção de risco fiscal.

Com máxima a R\$ 5,6974, o dólar à vista fechou em alta de 0,82%, cotado a R\$ 5,6788. Depois do avanço dos últimos dois pregões, a moeda passou a apresentar ganho de 0,42% na semana e de 0,04% em maio. As perdas da moeda ano, que na segunda-feira superavam 9%, estão agora em 8,11%.

FAZENDA

WELLTON MÁXIMO - REPÓRTER DA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu enviar na próxima semana ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva "medidas pontuais" para ajudar no cumprimento da meta fiscal de déficit zero este ano. Ele negou que o governo esteja preparando um pacote para elevar a popularidade do governo, após boatos de reajuste do valor mínimo do Programa Bolsa Família e de medidas para o setor de energia.

"As únicas medidas que estão sendo preparadas para levar ao conhecimento do presidente (Lula), que seria hoje (quinta-feira), mas em função do faleci-

mento do Mujica (ex-presidente do Uruguai) passou para semana que vem, são medidas pontuais para o cumprimento da meta fiscal", disse o ministro.

Haddad acrescentou que as medidas pretendem lidar com "gargalos" que reduzem as receitas e aumentam as despesas do governo. No entanto, negou que se trate de um novo pacote fiscal, nos moldes das medidas aprovadas no fim do ano passado.

"Não dá nem para chamar de pacote, porque são medidas pontuais", comentou.

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, o governo tem de entregar uma meta de resultado primário zero (nem déficit nem superávit). Porém poderá registrar déficit de

até R\$ 31 bilhões, por causa da margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) do novo arcabouço fiscal.

COMBATE À FOME

O ministro da Fazenda negou qualquer pedido do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para reforçar o orçamento do Bolsa Família. Haddad reiterou que não há espaço fiscal para ampliar as verbas de nenhum ministério.

"Não tem demanda, estudo, pedido de orçamento para o MDS. Zero. O orçamento do MDS é esse que está consignado. Não há da parte do MDS pressão sobre a área econômica para absolutamente nenhu-

ma iniciativa nova. Isso vale para os demais ministérios também. Não há demanda de espaço fiscal para projetos novos", declarou.

Sobre os boatos de elevação do valor mínimo do Bolsa Família para R\$ 700 em 2026, Haddad afirmou que o Orçamento do próximo ano nem sequer começou a ser discutido.

"As pressões, as dificuldades, nem começaram a ser discutidas. Não tem nenhum estudo a respeito. Agora, você quer inventar um problema para ajudar o especulador a ganhar dinheiro? O problema não pode ser meu. Estou aqui para esclarecer que o Orçamento para 2026 nem começou a ser discutido. Começa a ser discutido no final de junho, começo de julho", disse.

ABRACICLO

Produção de bicicletas em abril é 21,6% superior à de março

O volume de bicicletas produzidas em abril foi de 35.429 unidades, 21,6% superior ao de março. Os dados são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) e referem-se aos fabricantes instalados no Polo Industrial de Manaus.

Segundo a Abraciclo, no consolidado do ano, foram fabricadas 118.614 bicicletas no primeiro quadrimestre.

"Os resultados do mês de

abril mostram sinais de recuperação do segmento, movimento também observado nos principais mercados mundiais, com o aumento da demanda de algumas categorias, sendo a elétrica a protagonista deste crescimento", explica o vice-presidente do Segmento de Bicicletas da Abraciclo, Fernando Rocha.

O maior crescimento foi no setor de modelos elétricos, que, de janeiro a abril deste ano, produziu 10.459 unidades. Atual-

mente, a categoria responde por 8,8% do volume de produção no Polo de Manaus.

Outra alta foi no setor das bicicletas infantojuvenis, com o acumulado no ano chegando a 17.643 unidades, volume 21,5% superior ao do mesmo período do ano passado.

Em números absolutos, os modelos infantojuvenis ficaram na terceira posição, com 14,9% do volume total de bicicletas produzidas. Os modelos para crianças e adolescentes

perderam para as *mountain bikes*, com 54,9% da produção, e as da categoria urbano/lazer, com 17,8%.

REGIÕES

A Região Sudeste foi a que mais recebeu bicicletas produzidas no Polo de Manaus, com 54,5% do total do volume fabricado.

Depois, aparecem as regiões Sul, com 14,2%; Nordeste, com 14,1%; Centro-Oeste, com 10,3%; e Norte, com 6,8%.

CONSTRUTORA

Cyrela registra lucro de R\$ 328 mi no 1º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

A Cyrela Brazil Realty apresentou lucro líquido de R\$ 328 milhões no primeiro trimestre de 2025, aumento de 23% em relação ao mesmo período de 2024, de acordo com balanço publicado ontem.

A receita líquida totalizou R\$ 1,953 bilhão, crescimento de 24% na mesma base de comparação anual.

O crescimento nos resultados está relacionado à expansão dos lançamentos e das vendas de imóveis da Cyrela nos últimos trimestres, contando com empreendimentos mais rentáveis.

Além disso, houve aumento na receita com juros, especialmente vinda de financiamentos concedidos pela subsidiária CashMe. Outro fator que contribuiu foi o aumento dos ganhos oriundos das incorporadoras investidas Cury, Lavvi e Plano & Plano.

A margem bruta subiu 1,1 ponto porcentual, para 32,5%. A margem bruta ajustada (excluindo juros apropriados no custo) teve alta de 1,3 p.p., indo a 34,4%. Já a margem líquida teve leve contração de 0,2 p.p., para 16,8%.

As despesas comerciais atingiram R\$ 201 milhões, expansão de 31%, acompanhando o aumento na quantidade de projetos. Da mesma forma, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 127 milhões, alta de 19%.

O resultado financeiro (saldo entre receitas e despesas fi-

nanceiras) gerou uma receita de R\$ 59 milhões, montante 4,5 vezes maior na comparação anual, puxada pelas receitas de financiamentos concedidos pela Cashme.

A linha de equivalência patrimonial (que apura os resultados oriundos de empreendimentos feitos em sociedade e empresa investidas) gerou ganhos de R\$ 113 milhões, aumento de 12%.

A Cyrela reportou geração de caixa de R\$ 71 milhões. A incorporadora tem R\$ 3,012 bilhões em caixa e outras disponibilidades.

A dívida líquida ajustada no fim do trimestre era de R\$ 917 milhões, um aumento de 24% em um ano. Por sua vez, a alavancagem (medida pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido) caiu 1,1 pp, para 9,3%.

OPERACIONAL

Em sua apresentação de resultados, a Cyrela observou que 2025 começou com um ambiente global de incertezas, com volatilidade, gerando impactos nos mercados financeiros e nas expectativas de crescimento.

No Brasil, a empresa de Elie Horn apontou que o ambiente permanece desafiador, com taxas de juros em patamar elevado e restritivo, exigindo maior prudência e seletividade por parte dos agentes econômicos. "O ambiente de maior complexidade exigirá decisões cada vez mais criteriosas", afirmou em uma direção.

ANEEL

Micro e minigeração distribuída cresce 2,8 gigawatt no Brasil no 1º quadrimestre

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica informou ontem, que mais de 258 mil consumidores começaram a usar sistemas de micro e minigeração distribuída (MMGD) no país no intervalo de janeiro a abril de 2025. Esse total resultou em um acréscimo de potência de 2,86 gigawatts (GW).

A microgeração distribuída é uma central geradora, com potência instalada, no patamar menor ou igual a 75 kW, conectada

na rede de distribuição de energia elétrica por meio de instalações de unidade consumidora. Já a minigeração distribuída é uma central geradora com potência instalada em corrente alternada maior que 75 kW e igual 5 MW para as chamadas fontes despacháveis (que podem ser programadas sob demanda), dentre outros parâmetros.

Conforme o balanço apresentado, esses sistemas instalados no primeiro quadrimestre passaram a gerar créditos para 393 mil imó-

veis, entre casas, comércio, fazendas e outros. Com a MMGD, o consumidor gera energia elétrica, a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada, e injeta na rede de distribuição a energia não utilizada.

Com isso, os consumidores recebem créditos para usar nos momentos em que não estão gerando, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). As atividades de MMGD estão baseadas sobretudo na conversão da radiação solar em ener-

gia elétrica, ou seja, na instalação de painéis solares fotovoltaicos.

De janeiro a abril, São Paulo foi o estado com maior número de sistemas instalados, com 46 mil novas usinas operando, totalizando 405 MW. Minas Gerais foi o segundo estado em expansão de potência, seguido do Mato Grosso. Segundo a Aneel, o Brasil contava, até 30 de abril, com 3,47 milhões de sistemas conectados à rede de distribuição de energia elétrica, reunindo potência instalada próxima de 39,22 GW.

CALOTE

Tesouro paga R\$ 820,78 mi em dívidas de estados e municípios

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A União pagou, em abril, R\$ 820,78 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. No

acumulado do ano, já são R\$ 3,32 bilhões de débitos honrados de entes federados. Em 2024, o valor chegou a R\$ 11,45 bilhões de dívidas garantidas pela União.

Do total pago no mês passado, R\$ 345,33 milhões são débitos não quitados pelo estado do Rio de Janeiro; R\$ 317,26 milhões de Minas Gerais; R\$ 82,12 milhões do Rio

Grande do Sul; R\$ 73,32 milhões de Goiás; R\$ 2,67 milhões do Rio Grande do Norte; R\$ 73,12 mil do município de Santanópolis (BA).

Dos R\$ 3,32 bilhões de dívidas de entes federados honradas pela União em 2025, R\$ 1,52 bilhão são de Minas Gerais; R\$ 884,6 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 503,49 do Rio Grande do Sul; R\$ 296,18 milhões

de Goiás; R\$ 116,93 milhões do Rio Grande do Norte; R\$ 2,47 milhões do município de Iguatu (CE); e R\$ 280 mil de Santanópolis (BA). Desde 2016, a União pagou R\$ 78,76 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União - representada pelo Tesouro Nacional - para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

ESG como diferencial competitivo: como as empresas estão transformando práticas em lucro e impacto

POR BÁRBARA SOUZA

A adoção de critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) deixou de ser um diferencial para se tornar uma necessidade estratégica no mundo corporativo. Com consumidores mais conscientes, investidores exigentes e uma geração de líderes preocupados com o futuro do planeta, empresas que ignoram essas práticas enfrentam riscos reputacionais, financeiros e até mesmo de sobrevivência no mercado.

Em entrevista exclusiva, Daniel Pisano, Head de Investimentos da **87Labs**, fundo que investe em startups de impacto, explica por que o ESG se tornou um pilar crítico para os negócios e como ele pode impulsionar rentabilidade e competitividade.

"O mundo mudou, tudo que fazemos e consumimos está exposto nas redes. A informação é grátis e acessível a qualquer momento", afirma Pisano. "As empresas notaram que esse cenário cria oportunidades para elas mostrarem, agirem e direcionarem iniciativas para mudar o curso dessa história".

De fato, dados reforçam essa percepção, já que de acordo com dados da Morgan Stanley de 2023, 85% dos investidores globais consideram fatores ESG em suas decisões.

Além disso, 76% dos consumidores afirmam boicotar marcas que não se alinham com seus valores, de acordo com pesquisa da Edelman Trust Barometer, realizada em 2024.

Pisano destaca que a nova geração de líderes prioriza "valores de saúde, bem-estar e qualidade de vida", o que pressiona as empresas a adotarem uma postura mais responsável. De acordo com Daniel, a 87Labs busca investir nesse tipo de empresa.

ESG como impulsionador de rentabilidade e redução de riscos

Quando questionado sobre como os crité-



rentabilidade só será resolvida com soluções escaláveis e tecnológicas", diz.

Exemplos disso já estão em alta:

- O mercado global de tecnologias verdes deve movimentar US\$ 9,5 trilhões até 2030, segundo a BloombergNEF (2024).
- Startups de impacto social receberam US\$ 30 bilhões em investimentos em 2023, um aumento de 40% em relação a 2022, de acordo com a Pitch-Book.

ESG devem ser vistas como estratégia de longo prazo

Para Pisano, o futuro pertence às empresas que conseguirem comprovar impacto positivo. "Serão as que efetivamente mudaram o mundo que sairão vitoriosas", finaliza.

Com regulamentações mais rígidas, consumidores mais exigentes e um mercado financeiro cada vez mais atento a riscos socioambientais, o ESG não é mais uma opção – é uma estratégia de sobrevivência.

rios ESG impactam os resultados financeiros, Pisano é categórico: "Critérios ESG bem implementados geram valor tangível ao promover eficiência operacional, inovação e resiliência em tempos de crise."

Estudos comprovam essa avaliação. Segundo o Harvard Business Review (2022), empresas com altos padrões de governança têm retorno 2,6 vezes maior em cinco anos. Já companhias que investem em eficiência energética reduzem custos em até 30%, conforme relatório da McKinsey (2023).

Além disso, Pisano ressalta que "ignorar ESG expõe empresas a riscos reputacionais, financeiros e regulatórios", citando multas ambientais, boicotes de consumidores e dificuldades em atrair talentos.

O papel das startups e da tecnologia na aceleração do impacto

Como investidor, Pisano explica que a **87Labs** busca negócios que resolvam problemas crônicos da sociedade, como poluição e desigualdade, com criatividade e tecnologia. "Acreditamos que a sus-

CONCESSÃO DE LICENÇA

ETEHE RESIDENCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 42.741.716/0001-90, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2023/06664, a Licença Municipal de Instalação - LMI Nº EIS-LMI-2025/00025 com validade até 14/05/2029 para Urbanização da Avenida Projetada 5 do PAA 12.604 - Camorim - Jacarepaguá, RJ, na largura de 20m, na extensão correspondente à testada do terreno (inclusive) até a Avenida Carlos Lima, de acordo com o Termo de Urbanização nº 8/2024.

JBC Brasil Participações Ltda.

CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1
Editais de Primeira Convocação de Reunião de Sócios. Convocamos, em primeira oportunidade, os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. para se reunirem no dia 28 de maio de 2025, às 10:00hs (dez horas), de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma de videoconferência **Google Meet**, através do link <https://meet.google.com/fnv-aksa-sro>, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022, 31.12.2023; (ii) exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024. Os balanços patrimonial e de resultado econômico relativos aos aludidos exercícios sociais já estão à disposição dos sócios na sede da sociedade. Os representantes legais ou procuradores dos sócios, quando for o caso, deverão apresentar documentação hábil comprovando sua situação. Duque de Caxias, 13 de maio de 2025. José de Bastos Martins; César de Bastos Martins.

MRS LOGÍSTICA S.A.
 CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
 Companhia Aberta

RESUMO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Foi realizada Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística ("Companhia") no dia 29.04.2025, às 18h30min, na sede da Companhia, na qual foi deliberada e aprovada: (1) Formalizar a aprovação do Comitê Estratégico e aprovar seu Regimento Interno; e (2) Eleição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. Marcelo Leite Barros, Presidente; e Joana Bentes Meyer, Secretária. Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros e Wendel Gomes da Silva. **AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Deliberação de Diretor Único está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br).** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Protocolo: 2025/00497995-3 Data do protocolo: 06/05/2025. Certifico o arquivamento em 08/05/2025 sob o número 00006959592

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
 INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.019/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.019/2025 no dia 29/05/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Cateteres Arteriais, Venosos Profundos e PICC (CONJUNTO PARA ARTERIA FEMORAL, CATETER POLIURETANO NEONATAL, 2,5 FR X 5CM, FIO GUIA 0,015", AGULHA 22GX12CM, CATETER COM BASE PARA FIXAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONJUNTO PARA ARTERIA RADIAL, CATETER POLIURETANO NEONATAL 2,5 FR X 2,5 CM, FIO GUIA 0,015" X 15 CM, AGULHA 22G X 12 CM, CATETER COM BASE PARA FIXAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL e etc). Processo nº. 33409.001502/2024-08. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
 INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.017/2025

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.017/2025 no dia 29/05/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de materiais para Hemodinâmica (Introdutores e Fios Guia) (FIO GUIA EXTRA RÍGIDO 0,035" COMPR. 260CM (TIPO LUNDERQUIST), FIO GUIA HIDROFÍLICO STIFF 0,035" COMPRIMENTO 260CM, FIO GUIA HIDROFÍLICO STIFF 0,035" X 260 CM PONTA RETA e etc). Processo nº. 33409.001674/2024-73. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

OCEANDRILL PETROLEO S/A

CNPJ 08.948.221/0001-06

Relatório da Administração-Srs. acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias aplicáveis, temos o prazer de lhes apresentar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período de 31/12/2024 e 2023. Tais documentos demonstram com clareza a situação econômica financeira da Companhia. Permanecemos à disposição de V.Sas., para esclarecimentos porventura solicitados. Valores expressos em milhares de reais. Rio de Janeiro, 19/04/2025. A Administração.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.049	25	0	-
Impostos a recuperar	2	-	-	1.815
Partes relacionadas	1.941	1.941	0	1.815
Total do ativo circulante	2.991	1.965		
Não circulante				
Total do ativo não circulante	-	-	0	1.815
Total do ativo	2.991	1.965	2.991	1.965
Passivo				
Circulante				
Impostos e contribuições	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	1.815
Total do passivo circulante	0	1.815		
Não circulante				
Total do passivo não circulante	-	-	0	1.815
Total do passivo circulante e não circulante	-	-	0	1.815
Patrimônio líquido				
Capital subscrito e integralizado	3.179	150	150	150
Adiantamento para futuro aumento de capital	4	-	-	-
Prejuízo acumulado	(192)	-	-	-
Atribuído aos acionistas controladores	2.988	150	150	150
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.991	150	2.991	150
Total do Passivo e Patrimônio líquido	2.991	1.965	2.991	1.965

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(192)	-
Ajustes para:		
Variação cambial	213	-
Variação monetária	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	22	-
Aumento (redução) de ativos		
Impostos a recuperar	(2)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Impostos e contribuições	0	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	20	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	3.029	-
Partes Relacionadas	(2.029)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	1.004	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.024	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25	4
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.049	25
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.024	20

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Receita líquida operacional	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-
Recargas (despesas) operacionais	(8)	-
Gerais e administrativas	(8)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(8)	-
Recargas financeiras	34	-
Despesas financeiras	(218)	-
Resultado financeiro líquido	(184)	-
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(192)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(192)	-
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	(192)	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,0603)	-

DIRETORIA

Guilherme Dantas Rocha Coelho
 CPF 035.341.637-10
 Representante Legal

Rogério Farias da Conceição
 CRC 1SP 239085/O-9
 Gerente Contábil e Fiscal

ESPECIALISTA



IMUNIZAÇÃO

Prefeitura de SP vai ampliar campanha de vacinação contra gripe

A Prefeitura de São Paulo anunciou ontem, que vai ampliar a vacinação contra gripe para toda a população a partir dos seis meses de idade. A medida começa a valer na próxima segunda-feira, dia 19.

Tradicionalmente, a imunização contra o vírus influenza contempla idosos, crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes, puérperas, pessoas com doenças crônicas e grupos como profissionais da saúde e das Forças Armadas.

Até o momento, porém, houve baixa adesão desse público-alvo. Até terça-feira, 13, foram aplicadas 1.095.488 doses da vacina contra a gripe, o equivalente a menos de 25% do grupo prioritário, composto por aproximadamente 4,8 milhões de pessoas

Em 2024, por exemplo, foram aplicadas mais de 3,8 milhões de doses da vacina e a cobertura entre os grupos prioritários chegou a 61,11%.

"Essa ampliação da imunização para pessoas acima de 6 meses é importante para pro-

teger toda a população, além de prevenir o agravamento das doenças respiratórias principalmente nessa época de sazonalidade", disse o secretário municipal de Saúde, Luiz Carlos Zamarco, em nota.

O imunizante é capaz de evitar entre 60% e 70% dos casos graves e óbitos, de acordo com o Ministério da Saúde. Além disso, evidências indicam que a vacina é capaz de reduzir o risco de eventos cardiovasculares graves, como enfarte, acidente vascular cerebral (AVC) e morte cardiovascular.

ONDE SE VACINAR

A imunização acontece nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Ela também é realizada nas Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, no mesmo horário e aos sábados.

É possível encontrar a unidade de saúde mais próxima, tanto para vacinação quanto para atendimento, por meio da plataforma Busca Saúde.

CARNAVAL

PM tatuado é expulso por abandonar posto

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A Polícia Militar (PM) de São Paulo demitiu o soldado Paulo Rogério da Costa Coutinho, conhecido nas redes sociais como "Demolidor", por ter abandonado o posto durante uma operação no carnaval de 2022, na capital paulista.

Segundo a PM, ele teria entrado em um camarote onde estavam vários artistas. A demissão foi publicada no Diário Oficial do Estado na quarta-feira passada.

O soldado alega sofrer perseguição por ter tatuagens no rosto. Ele já havia sido acusado do furtar uma orquídea do quartel.

A defesa de Coutinho afirma que houve tratamento desigual em relação a outro soldado que também foi ao camarote e vai entrar com recurso.

Em nota, a Secretária da Segurança Pública de SP disse que o PM teve sua demissão publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de maio de 2025, "por cometer transgressão disciplinar grave, prevista no Regulamento Disciplinar da

Polícia Militar."

PERFIL DO PM

Com o apelido de "Demolidor", Coutinho é conhecido nas redes sociais - só no Instagram, sua página tem 143 mil seguidores. Segundo a decisão da corregedoria da PM, quando estava lotado no 18º Batalhão da Polícia Militar/Metropolitana, na zona norte de São Paulo, o soldado foi escalado para realizar o policiamento preventivo em um dos portões do Sambódromo do Anhembi.

Ele deixou seu posto com o pretexto de ir ao banheiro, mas ficou cerca de 1h40 no interior de um camarote onde estavam presentes vários artistas.

O fato chegou ao conhecimento da PM, que abriu um processo disciplinar contra ele e contra o outro soldado. Abandonar o posto de trabalho é considerado falta grave na conduta do policial e também crime militar.

Segundo a decisão, à qual a reportagem teve acesso, o soldado permaneceu no camarote tirando fotos com os convidados.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 45ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/IME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª Série Da 45ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Porte Almagah 227 Spe Ltda. E Pela João De Oliveira Torres Incorporações Spe Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 03 de junho de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a constituição da fiança, pelo **MARCO ANTONIO MELO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.100.078-26 ("Marco"); e (b) **SANDRA GASPAR VASCONCELOS MELO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.802.238-56 ("Sandra"), e, em conjunto com Marco, "Fladores PJ", no âmbito dos Termos de Emissão, segundo a qual se comprometem como solidariamente cobrigados, renunciando ao benefício de ordem, entre si e as Devedoras, e principais pagadores por todas as Obrigações Garantidas, incluindo, sem limitação, o pagamento integral dos Créditos Imobiliários e todas as obrigações decorrentes de todos os Documentos da Operação, tendo, também, se comprometido a honrar a fiança ora prestada, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, renunciando expressamente aos benefícios previstos nos artigos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130, 131 e 794 do Código de Processo Civil; (ii) Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário para **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 26 da Lei 14.430 e da Resolução CVM 17, nos termos da proposta que seguirá anexa à presente Ata, em razão da descontinuação dos serviços de agente fiduciário prestados pela H. Comcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (iii) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRI possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@comcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI PORTE 45", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação da AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto a distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizacao.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 14 de maio de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

FAVELA DO MOINHO

SP e governo federal fazem acordo para retirar famílias

GONÇALO JUNIOR/AE

O ministro das Cidades, Jader Filho, e o governo de São Paulo anunciaram ontem, um acordo para a destinação do terreno e a continuidade da remoção das famílias da Favela do Moinho, na região central da capital paulista. A área é do governo federal, que suspendeu a cessão do território após denúncias de violência na desapropriação.

Pelo acordo, o governo federal vai investir R\$ 180 mil por moradia dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. O valor vai se somar à contrapartida de R\$ 70 mil do poder estadual no programa Casa Paulista, totalizando R\$ 250 mil por moradia.

As quase 900 famílias que vivem na região não terão custo com as novas moradias, de acordo com o governo federal. Não se trata, portanto, de cartas de crédito.

Ainda de acordo com o mi-

nistro, as famílias terão direito a um aluguel social de R\$ 1200 durante o período de transição até a moradia definitiva.

As famílias poderão escolher as unidades prontas ou em construção da CDHU em qualquer cidade de São Paulo dentro do valor determinado pelo acordo (R\$ 250 mil).

FIM DA ATUAÇÃO DA PM

O governo federal condiciona o acordo ao fim da atuação violenta da Polícia Militar na região. A decisão sobre a interrupção da cessão da área foi justificada pela SPU, órgão do governo federal, com críticas à desapropriação, demolição das casas e às intervenções da Polícia Militar.

"O que foi discutido é que não haverá violência. Se houver qualquer tipo de violência, esse acordo fica inviabilizado", afirmou Jader.

A administração estadual

prevê o encerramento dos confrontos. "Pessoas do crime organizado estavam impedindo a saída das famílias. Agora, com crime organizando atuando cada vez menos, imagino que a gente vai promover a saída de maneira mais tranquila", afirmou o secretário de Habitação de São Paulo, Marcelo Branco.

Também participaram da reunião a ministra substituta da Gestão e Inovação, Cristina Mori, a secretária de Patrimônio da União, Carolina Stuchi, e Reinaldo Iapequino, presidente da CDHU.

A Favela do Moinho é a última localizada na região central da capital paulista. Recentemente, tem passado por dia de protestos e manifestações de moradores contra as demolições de casas. Segundo a assessoria do ministro, há uma equipe técnica na favela do Moinho na manhã de hoje para analisar a demanda dos moradores.

A área pertence à União, mas em abril, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) entrou com um pedido de cessão para transformar a área em um parque em um processo de revitalização do centro.

"Esse acordo tem duas frentes. As famílias vão sair de maneira digna, sem nenhum tipo de violência. O segundo ponto é que essas famílias terão uma casa. Isso está sendo possível a partir do diálogo entre o governo federal e o governo estadual", afirmou Jader Filho.

A proposta do ministro é apresentar um projeto semelhante ao que já existe no Rio Grande do Sul, o Compra Assistida.

O governo Tarcísio de Freitas planeja transformar a comunidade em um parque, além de criar "um polo de desenvolvimento urbano potencializado para a implantação da Estação Bom Retiro.

CRIME AMBIENTAL

Jundiáí apura vazamento de corante que tingiu aves em parque

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A prefeitura de Jundiáí, no interior de São Paulo, informou que estão sendo apuradas as causas da contaminação de um córrego e do rio que banha a cidade por um corante químico que causou o tingimento de animais (patos e gansos) no Parque das Tulipas.

Segundo a prefeitura, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) fará análises ambientais ao longo de todo o curso do córrego e do rio, para verificar os níveis de contaminação e a qualidade da água.

O incidente ocorreu na tarde de terça-feira passada, após o motorista de uma carreta

descer do veículo, que começou a se mover sozinho e colidiu com um poste, danificando os recipientes que armazenavam o líquido, que foi derramado na rua.

"Devido à grande quantidade derramada, o produto escoou até uma boca de lobo localizada a cerca de 50 metros do local do impacto. Essa boca de lobo tem ligação direta com o córrego do Jardim das Tulipas, que atravessa o parque do bairro e deságua no Rio Jundiáí", explicou a prefeitura.

Ainda de acordo com a prefeitura, equipes da Defesa Civil, da Divisão Florestal da Guarda Municipal, da organização não governamental (ONG) Mata Ci-

liar, do Departamento de Bem-Estar Animal e do Grupo de Apoio e Defesa dos Animais atuaram de forma conjunta para resgatar e preservar a vida dos patos e gansos atingidos. Alguns estão sob os cuidados da Mata Ciliar e outros foram colocados em uma área isolada do parque.

"No momento, os esforços estão concentrados na análise da contaminação do córrego, no Parque das Tulipas e no Rio Jundiáí. A Cetesb deverá realizar análises ambientais ao longo de todo o curso do córrego e do rio, para verificar os níveis de contaminação e a qualidade da água".

Segundo a prefeitura, a Defesa Civil de Jundiáí e uma força-tarefa da prefeitura estão prestando

suporte às ações, envolvendo diversos órgãos municipais desde o início da ocorrência.

A Cetesb informou que, como medidas de controle, orientou a diluição do corante em água e está fazendo o monitoramento contínuo, para garantir a saúde dos organismos aquáticos e animais no local.

"O produto vazado é à base de água, não classificado como inflamável ou reagente, usado em fazendas de peixes e camarões, para tratar fungos e parasitas", acrescentou a companhia.

As avaliações ambientais em andamento permitirão mensurar os impactos causados e embasar a responsabilização da empresa envolvida.

DROGAS

Parece que tem gente torcendo para Cracolândia não acabar, diz secretário

O secretário Municipal de Segurança Urbana de São Paulo, Orlando Morando (foto) atribuiu o esvaziamento da Cracolândia, no centro de São Paulo, observado nos últimos dias, às ações na Favela do Moinho, à procura de usuários por tratamento médico e intensificação das forças de segurança para coibir o tráfico de drogas na região.

Em entrevista à *Rádio Eldorado* ontem, o secretário disse não considerar o sumiço dos usuários da Rua dos Protestantes, local do chamado fluxo, onde costumava ocorrer a venda e o consumo de drogas, algo repentino ou surpreendente.

"Não me causa surpresa a diminuição dos usuários na quele fluxo da Rua dos Protestantes, em todo o entorno. O que não pode ter é uma torcida do contra. Parece que tem gente que torce pra Cracolândia não acabar."

"Nós não estamos aqui comemorando, não há comemoração, sabemos que é um enorme desafio, isso é uma verdadeira guerra, mas é uma batalha que a prefeitura e o governo do Estado estão vencendo diariamente", afirma o secretário.

Segundo Morando, dados da gestão municipal apontam que de sábado, 10, até agora, quase 200 usuários de drogas procuraram pelas clínicas terapêuticas do município para tratamen-

to médico.

O secretário aponta também que as ações do município e do governo na Favela do Moinho refletem na saída de usuários - dentre elas, o uso de cães da GCM na região.

"Desde a semana passada, todas as forças de segurança tomaram a Favela do Moinho. Literalmente, foi tomada para poder oferecer condições de moradia mais dignas e um profundo programa habitacional da Prefeitura de São Paulo junto com o Governo do Estado. Quando todas as forças de segurança tomaram a comunidade, os traficantes que ali permaneciam foram embora. Com a saída deles da Favela do Moinho, a droga ficou muito mais longe da Rua dos Protestantes", justificou o secretário.

"No sábado, 10, nós também passamos a utilizar os cães da GCM naquela região, o que realmente inibe a entrada de drogas. Às vezes, o sujeito entra com o crack dentro da roupa íntima, mas com o cão não tem jeito, o cachorro vai identificar a droga onde quer que ela esteja."

Ainda de acordo com o secretário, a prefeitura alega ter observado concentração de dependentes químicos apenas na Praça Marechal Deodoro, nas proximidades da estação de Metrô.

"Temos o único ponto mais intenso que a gente viu, um nú-



de janeiro a abril deste ano, na área das cenas abertas de uso, na Rua dos Protestantes, 229 ocorrências foram atendidas, 125 prisões realizadas, 5,8 mil quilos de drogas apreendidas, 134 objetos relacionados a roubos e práticas criminosas, além de R\$ 35 mil em espécie.

"Isso foi feito com uma ação permanente de 240 agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM), além de todas as equipes da saúde e da assistência social", disse Morando. A ação policial municipal na região, que envolve a GCM, também conta com o apoio da Polícia Civil e da Polícia Militar.

O secretário destaca, no entanto, que os desafios ainda estão presentes. "Nós sabemos que existe ainda um risco de se concentrar, e é por isso a nossa ação permanente da GCM e não permitir que volte a se concentrar em outro lugar da cidade e para voltarmos a ter outra Cracolândia em um outro ponto. Isso é uma verdadeira guerra, mas é uma batalha que a prefeitura e o Estado estão vencendo diariamente."

Sobre a Virada Cultural, programada para ocorrer nos dias 24 e 25 de maio, o secretário afirmou que a Prefeitura irá contar com um efetivo maior. "Temos uma estrutura maior do que foi montada no ano passado. Muito mais segura também."

mero que é pequeno ainda assim considerado daquilo que viviam ali nas cenas abertas de uso na Protestante foi na Praça Marechal, fora ele concentração nós não identificamos nenhum outro", disse.

A reportagem do Estadão também constatou pequenos grupos, inclusive na região do Bom Retiro, também no centro da capital. A situação deixa moradores e comerciantes bastante apreensivos.

Morando ainda afirmou que

FRAUDE

Ministro: ladrão entrou no INSS no governo Bolsonaro

LUCAS PORDEUS LEÓN/BRASIL

Convidado para dar explicações no Senado sobre a fraude contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o novo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, defendeu, ontem, que o esquema de desvio de pensões e aposentadorias foi consolidado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, destacando que a fraude foi descoberta e encerrada na atual administração.

“Entre 2019 e 2022 é que o ladrão entra na casa. Por que eu digo que o ladrão entra na casa? Porque o fim da revalidação (das autorizações para os descontos associativos), e a expectativa anterior de que houvesse uma revalidação, fez com que cerca de 11 empresas novas se credenciassem. Dessas empresas, que mais tarde descobrimos, agora, durante a operação, que eram 100% fraudulentas, a maior parte se estabeleceu nesse período”, afirmou Wolney.

O ministro participou ontem, de sessão da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. Ele assumiu o cargo no lugar do Carlos Lupi, que saiu da pasta após a revelação da fraude.

Wolney Queiroz disse que a Medida Provisória (MP) 1.007, de 2019, transformada na Lei 14.438, de 2022, foi fundamental para o aumento dos descontos indevidos. A MP teria sido editada por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) após indícios de irregularidades no INSS verificadas ainda em 2019.

A MP previa novos controles sobre descontos em aposentadorias, mas foi alterada pelo Congresso Nacional e sancionada sem vetos por Bolsonaro. Com as mudanças, foi excluída a previsão de revalidação anual das autorizações para os descontos do INSS.

“Essa lei pôs fim ao instituto da revalidação que vinha sendo gestado dentro do Congresso, a partir de 2019, para que houvesse uma revalidação de cada um daqueles que autorizavam o desconto. Isso foi sepultado por essa MP e por essa lei, em 2022”, completou o ministro.

Para Wolney, o fim da revalidação dos descontos deixou as empresas à vontade para aumentar as fraudes, o “que fez esse número subir exponencialmente em 2023 e 2024. Nós só detectamos depois da operação da AGU [Advocacia-Geral da União], em abril de 2025”.

Em entrevista exclusiva ao Portal UOL, o ex-presidente Jair Bolsonaro comentou o escândalo de corrupção no INSS e disse que “tem que investigar” o caso inclusive na sua gestão.

A Controladoria-Geral da União (CGU) informou que, entre 2017 e 2019, foi registrado um aumento no número dos descontos e das reclamações de aposentados de que não haviam autorizado os descontos nas mensalidades.

COMBATE À FRAUDE

O ministro da Previdência fez questão de frisar que foram os órgãos do atual governo que revelaram e acabaram com a fraude,

acrescentando que recebeu a recomendação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de apurar o caso “até às últimas consequências”.

“Essas fraudes não começaram agora, mas terminaram neste governo. Foi o nosso governo, do presidente Lula, que mandou chamar a polícia, que deflagrou a operação, que desbaratou essa gangue que roubava os aposentados”, afirmou.

Ainda segundo Wolney Queiroz, o governo está atuando para ressarcir todos os aposentados com descontos irregulares, tendo bloqueado já R\$ 2,5 bilhões das entidades suspeitas para promover esse ressarcimento.

OPOSIÇÃO

Senadores da oposição que solicitaram a audiência com o ministro da Previdência tentaram atribuir à atual gestão a responsabilidade pela fraude. O senador Sérgio Moro (União-PR) acusou Wolney, que era secretário executivo da pasta antes da saída de Lupi, de ter sido omissivo no combate às irregularidades.

“Além dos descontos subirem durante o governo Lula exponencialmente, há indícios veementes de pagamento de suborno a altos funcionários do INSS, que foram nomeados, inclusive, pelo ministro Carlos Lupi e durante o período que vossa excelência era o secretário-executivo”, acusou.

O ministro negou que tenha relação com os nomes citados pelo senador, disse que não era sua atribuição nomear esses

cargos e lembrou que Moro foi ministro da Justiça em 2020, quando já havia indícios de irregularidades.

“Houve uma denúncia de um servidor em 2020, que denunciou à Polícia Federal que havia descontos indevidos, que havia fraude. Parece que vossa excelência era o ministro da Justiça nessa época. Fez alguma coisa para coibir essas fraudes?”, retrucou.

Moro disse que não tomou conhecimento da denúncia enquanto era ministro e, em seguida, questionou por que a operação só foi deflagrada em 2025, dois anos após o início do governo.

Segundo Wolney, antes de 2025 o governo só sabia do caso pela imprensa, com poucas informações, e aguardava o resultado da investigação da CGU.

“Essa investigação durou praticamente dois anos. Se fosse uma coisa simples de ser detectada, essa ação teria sido deflagrada pela CGU e pela Polícia Federal ainda em 2023. É uma coisa que demanda responsabilidade, serenidade, tempo, buscas e investigação”, justificou.

Ainda segundo o ministro, o Ministério da Previdência recebia informações do INSS de que as medidas para endurecer o controle sobre os descontos estavam sendo tomadas, “que as modalidades estavam sendo mais rigorosas, que as reclamações estavam diminuindo. Então, essas eram as informações que chegavam do INSS para o Ministério da Previdência”, finalizou.

STF

Moraes será o relator de ação da Câmara sobre caso Ramagem

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido para relatar a ação da Câmara dos Deputados para rever a decisão da Primeira Turma da Corte que restringiu o alcance da suspensão da ação penal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), um dos réus da trama golpista.

Moraes também é relator de outras ações protocoladas pelo PSOL, PDT e Rede Sustentabilidade contra a decisão da Casa. Por esse motivo, segundo o STF, o ministro tem competência para decidir a questão e foi escolhido relator do caso. Ainda não há prazo para decisão.

Na semana passada, a Primeira Turma da Corte, por unanimidade, estabeleceu que, apesar de estar prevista na Constituição, a suspensão do processo criminal contra o deputado não pode ser feita na íntegra pela Câmara.

Dessa forma, Ramagem continuará respondendo por três dos cinco crimes da denúncia da tentativa de golpe.

Na ação apresentada no STF, a Mesa da Câmara sustenta que a Constituição concedeu ao Congresso a prerrogativa para deliberar sobre a suspensão da ação penal. Para a Casa, o STF não pode fazer interpretação restritiva sobre a matéria.

“É necessário reafirmar que não cabe ao Poder Judiciário substituir-se ao juízo político conferido ao parlamento no tocante à conveniência da sustação, bem como a sua extensão”, sustenta a Casa.

A Câmara também concluiu que o processo criminal contra Ramagem pode ser suspenso integralmente.

“A sustação da ação penal pelo parlamento não se refere a cada imputação penal de forma isolada, mas sim ao processo penal como um todo,

desde que nele constem crimes ocorridos após a diplomação e durante o mandato”, concluiu a Casa.

ENTENDA

No mês passado, o Supremo enviou um ofício à Câmara para informar que os deputados não poderiam suspender a íntegra do processo da trama golpista contra o deputado, que é um dos réus do Núcleo 1.

A possibilidade de suspensão de processos contra deputados federais e senadores está prevista na Constituição. Conforme o Artigo 53, a Câmara e o Senado podem suspender uma ação penal contra um parlamentar.

No ofício enviado à Câmara, o STF disse que, apesar da permissão constitucional, somente os crimes que teriam sido cometidos por Ramagem após a diplomação, ocorrida em dezembro de 2022, podem ser suspensos.

Segundo o Supremo, a suspensão vale para os crimes de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado.

Pelo entendimento, Ramagem deve continuar a responder pelos crimes de golpe de Estado, organização criminosa armada e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito.

Antes de ser eleito, Ramagem foi diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e foi acusado de usar a estrutura do órgão para espionar ilegalmente desafetos de Bolsonaro. O caso ficou conhecido como “Abin Paralela”.

Contudo, a Câmara aprovou um texto que permite a suspensão total do processo contra Ramagem e abre brecha para a extensão do benefício aos demais réus, como o ex-presidente Jair Bolsonaro.

GOLPISTA

Zambelli diz que esta ‘doentinha’ e que não sobreviveria na cadeia

ADRIANA VICTORINO/AE

A deputada federal Carla Zambelli (PL) chamou de “injustiça” a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de condená-la a 10 anos de prisão e afirmou que não sobreviveria na cadeia. Segundo a parlamentar, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), deu um “sinal verde” ao líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante, para que seja pautada a suspensão da ação penal.

“Ainda que seja injusta a decisão, eu vou seguir a decisão. Então eu sigo a lei, eu sigo ordem judicial. Se acontecer de ter a prisão, eu vou me apresentar para a prisão. Mas eu hoje não me vejo capaz de ser cuidada da forma como eu tenho que ser cuidada, com cuidados constantes”, afirmou a deputada durante coletiva de imprensa realizada ontem, na sede do PL em São Paulo.

Segundo Zambelli, ela é portadora de uma síndrome chamada Ehlers-Danlos, que afeta os tecidos conjuntivos do corpo. Ela disse ainda que tem um pro-

blema no coração chamado síndrome hiperkinética postural ortostática, que não permite que ela permaneça muito tempo de pé, e que toma medicamentos para tratar depressão.

“Eu estou pegando vários relatórios dos meus médicos e eles são unânimes em dizer que eu não sobreviveria na cadeia. Então, a gente deve apresentar isso em momento oportuno”, disse. Durante a entrevista, um de seus assessores interrompeu a deputada para lhe entregar remédios. Segundo ele, ela tomou os comprimidos naquele momento porque ele havia esquecido os remédios e atrasado o horário, e não para que tomasse em frente às câmeras.

O ministro Luiz Fux votou na quarta-feira, passada, para condenar a deputada federal pela invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O voto de Fux concluiu o julgamento realizado na Primeira Turma. Zambelli foi condenada por unanimidade a dez anos de prisão, além da perda do cargo de deputada federal. A parlamentar negou as acusa-

ções e afirmou que é vítima de uma injustiça.

Segundo Zambelli, “seria muita burrice”. “E eu não colocaria o meu mandato em risco por causa de uma brincadeira. Uma brincadeira sem graça”. Para a Procuradoria-Geral da República (PGR), Zambelli “comandou” e ajudou no “planejamento” do ataque cibernético. O hacker Walter Delgatti confessou os crimes.

O advogado da deputada federal, Daniel Bialsky, afirmou que entrará com um embargo de declaração assim que o acórdão for publicado e criticou o julgamento do STF em formato virtual. Segundo a defesa, ele gravou um vídeo rebatendo pontos da acusação e reclamou que teria sido assistido somente pelo ministro relator, Alexandre de Moraes.

Os embargos de declaração podem adiar o trânsito em julgado da decisão em algumas semanas. Contudo, o recurso não tem poder de alterar a condenação. Eventual prisão precisa ser autorizada pela Câmara dos Deputados. A perda do mandato

seria automática, definida pelo STF ao fim do processo, mas com a declaração sendo feita pela Mesa Diretora da Câmara.

Questionada se havia sido procurada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a parlamentar disse que não, mas ressaltou que não “esperava ser acolhida”.

“De um tempo para cá, eu não esperava ser acolhida. Numa situação como a gente está, é difícil você esperar o acolhimento das pessoas. Mas eu sei que eu tenho o acolhimento da família. A Michelle já me procurou, o Flávio Bolsonaro, o Eduardo Bolsonaro comentou o meu caso. E eu acho que isso, para mim, é suficiente para mostrar que todo o meu trabalho não foi em vão”, afirmou.

A deputada sugeriu ainda que jornalistas e parlamentares colocassem o voto do ministro Alexandre de Moraes no ChatGPT e questionassem se há incongruências na condenação. Em seu voto, Moraes disse que a deputada manteve uma “ligação umbilical” com o hacker Walter Delgatti com “objetivos antirrepublicanos”.

valer a partir de 12 de janeiro de 2015, data em que a lei federal entrou em vigor. O corregedor também lembrou que essa medida já foi autorizada antes pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em um caso parecido do Tribunal de Justiça de Goiás.

O texto cita também que os pagamentos devem se adequar “à prudente realidade orçamentária do Tribunal requerente”.

Procurado pelo Estadão, o TJDFR informou que “não tem previsão de efetuar pagamentos da licença compensatória retroativa, decorrentes da última decisão do corregedor nacional”.

PUNHAL

Golpe: agente da PF disse que se preparava para prender Moraes

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

A Polícia Federal (PF) informou ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que encontrou novas provas da tentativa de golpe no final do governo de Jair Bolsonaro. As conclusões foram enviadas ao Supremo e obtidas após a análise do celular do policial federal Wladimir Matos Soares, preso no ano passado por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Wladimir é investigado pela suposta atuação como agente infiltrado para vazar informações sobre a segurança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a transição de governo. Ele fazia parte da equipe externa de segurança responsável pelos arredores do hotel em que o presidente estava hospedado, em Brasília, durante a transição.

As mensagens de áudio obtidas foram enviadas entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, período marcado pela diplomação e posse de Lula e os atos golpistas de 8 de janeiro.

Segundo a PF, o policial atuou como “elemento auxiliar” do Punhal Verde-Amarelo, plano golpista que, segundo as investigações, seria executado para matar diversas autoridades, como o presidente Lula e Moraes.

Em um dos áudios obtidos por investigadores, o policial disse a um advogado identificad

disposto a agir para evitar a posse de Lula. Na conversa, Wladimir estava inconformado com a decisão das Forças Armadas de não aderir à proposta golpista.

“Os generais se venderam ao PT no último minuto que a gente ia tomar tudo. Entende, cara? E, Lu, a gente ia com muita vontade. A gente ia empurrar meio mundo de gente, pô. Matar meio mundo de gente. Estava nem aí já”, afirmou. Em outra conversa, o policial disse que integrava uma “equipe de operações especiais” para defender Bolsonaro e só aguardava um sinal positivo para agir.

“Nós fazíamos parte de uma equipe de operações especiais que estava pronta para defender o presidente armado, e com poder de fogo elevado pra empurrar quem viesse à frente, entendeu, velho? A gente estava pronto. Só que aí o presidente... esperávamos só o ok do presidente, uma canetada para gente agir”, disse.

Em outra conversa obtida por investigadores, o policial disse que estava preparado para prender o ministro Alexandre de Moraes. “A gente estava preparado pra isso, inclusive. Para ir prender o Alexandre Moraes. Eu ia estar na equipe”, disse.

Wladimir também afirmou que o ministro do STF deveria ter a “cabeça cortada” por ter impedido, no início do mandato de Bolsonaro, a nomeação de Alexandre Ramagem, um dos réus da trama golpista, para a direção da Polícia Federal.

JUÍZES DO TJDFR

CNJ autoriza pagamento de licença retroativa de até R\$ 46 mil

MARIA MAGNABOSCO/AE

O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, autorizou o pagamento retroativo de licença compensatória no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Na decisão, Campbell menciona que os valores não devem ultrapassar parcelas de

R\$ 46.366,19 mensais, que coincidem com o teto atual do funcionalismo público.

O pagamento por “acúmulo de funções administrativas e processuais extraordinárias” é retroativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2022.

O pedido também leva em conta a Lei Federal nº 13.093/2015, que criou uma grati-

ficação para quem acumula funções no âmbito da Justiça Federal e que está sendo aplicada de forma semelhante para os juízes estaduais.

Na decisão, o ministro Mauro Campbell disse que, em abril de 2025, o TJDFR aprovou uma mudança na Resolução nº 11/2023 para que o direito à licença compensatória passe a



MARICÁ

RJ entrega veículo de última geração ao Corpo de Bombeiros

O Governo do Estado ampliou, ontem, a capacidade de combate a incêndios e salvamento do Corpo de Bombeiros de Maricá com a entrega de uma nova viatura operacional. O veículo, a Auto Bomba Tanque (ABT), é de última geração para o combate a incêndios e ações de salvamento.

Com inovações tecnológicas únicas no país, a viatura oferece mais agilidade e segurança às operações dos Bombeiros, reforçando o atendimento à população local.

"Estamos sempre aprimorando a capacidade de trabalho destes nossos heróis. O Governo do Estado já investiu mais de R\$ 1 bilhão em modernização e ampliação da frota nos últimos anos em todo o estado", destaca o governador Cláudio Castro.

Durante a solenidade de entrega, o secretário de Estado de Defesa Civil e comandante-geral do CBMERJ, coronel Tarciso Salles, reforçou a importância da modernização da frota para o fortalecimento da atuação da Corporação.

"Essa entrega representa mais do que a modernização

da nossa frota. É o reflexo do nosso compromisso com a excelência no atendimento à população. Mais um investimento para que nossos militares tenham as melhores condições de atuação nas mais diversas emergências, e que vai impactar diretamente na qualidade do serviço prestado", expôs o comandante.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem promovido, nos últimos anos, a maior renovação, modernização e ampliação da frota e dos materiais operacionais da história do CBMERJ. As novas viaturas, adquiridas com recursos provenientes da Taxa de Incêndio, já estão em operação em todo o estado, ampliando o poder de resposta às emergências e atendimentos nos 92 municípios do estado. São veículos de combate a incêndio, salvamento e resgate, dotados de tecnologia de ponta e alto desempenho operacional.

A iniciativa reafirma o compromisso do CBMERJ com a excelência no serviço prestado e com a constante evolução dos recursos disponíveis para proteger e salvar vidas.

REDE ESTADUAL

Seeduc inaugura 1º Núcleo de Inovação

Um espaço muito especial, com foco na tecnologia e no futuro, foi inaugurado na quarta-feira passada, no Colégio Estadual João Alfredo, localizado em Vila Isabel, na Zona Norte do Rio. Trata-se do primeiro Núcleo de Inovação da rede estadual fluminense, uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) e o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de promover a inovação tecnológica, aproximando o meio acadêmico e o setor produtivo, facilitando a transformação de conhecimento científico em produtos, processos e serviços que beneficiam a economia e a sociedade como um todo.

"É uma alegria implantar este projeto numa unidade escolar do estado do Rio de Janeiro. Sabemos que a tecnologia é uma caixa de segredos dentro deste universo chamado educação. A gente precisa ter conhecimento, compartilhar saberes, dividir também tudo aquilo que sabemos. Este Núcleo é para todos nós, professores, somos esses agentes transformadores que vão fazer com que os nossos estudantes passem por esse portal", afirmou a secretária de Estado de Educação, Roberta Barreto.

O Núcleo de Inovação é um espaço destinado à produção de conteúdo multimídia para a formação de professores e alunos por meio das tecnologias digitais. Além de sala pedagógica, o local conta com estúdio, ilha de edição e camarim, tudo com equipamentos tecnológicos fornecidos pelo Ministério da Educação, para coleta, transmissão e edição de imagens. As produções são destinadas a integrar os materiais didáticos às estratégias educacionais. A Secretaria de Educação é responsável por designar as equipes técnica e pedagógica para atuarem no projeto.

"Nós estamos numa fase de implementação de uma nova legislação, com novas diretrizes curriculares e, certamente, o estado do Rio de Janeiro poderá ganhar muito com este Núcleo, porque vai possibilitar novos arranjos de articulação, de comunicação, de interação e de inovação", disse a coordenadora-geral de Ensino Médio do Ministério da Educação, Valdirene Alves de Oliveira. A iniciativa é um dos componentes-chave da Rede de Inovação para Educação Híbrida (RIEH), do MEC, que visa

promover a implementação de estratégias de educação híbrida em todos os entes federativos do país.

"A comunidade escolar está com uma expectativa muito grande sobre as possibilidades de trabalho, pedagógico, que podem ser realizadas no mundo. Estou muito entusiasmado de poder trazer possibilidades a esses alunos, poder dar voz a eles através da comunicação", ressaltou Grace Clea Campelo, há 12 anos no cargo de diretora-geral da unidade.

A RIEH integra a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens (Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022) e o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens (Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025). A meta é implementar, até o fim do ano, 52 Núcleos de Inovação nos diversos estados brasileiros aderentes à rede, com gestão sob responsabilidade da Secretaria de Educação a que está vinculada.

"Essa atividade é extremamente importante para poder auxiliar e ajudar na implementação e do Pacto de Recuperação das Aprendizagens de Ensino Médio. A gente vai poder compartilhar, o Rio de Janeiro vai poder produzir material didático de alta qualidade e também compartilhar com outros estados", destaca Ibsen Bittencourt, coordenador-geral da RIEH.

Assim, o Núcleo é um ambiente flexível e acessível, onde as ferramentas digitais são usadas para fomentar o envolvimento e a colaboração de todos os participantes no processo educativo. Com isso, essa atividade é mais uma ação importante para a recomposição das aprendizagens, sendo uma iniciativa ao combate à desigualdade social, com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências adequadas para o Ensino Médio.

"A inauguração do primeiro Núcleo de Inovação da rede estadual representa um marco na modernização da nossa educação. Este espaço é mais do que uma estrutura tecnológica, é um ambiente de criação, colaboração e formação, onde professores e estudantes poderão desenvolver competências qualificadas aos desafios do presente e do futuro", concluiu a subsecretária de Gestão da Secretaria de Estado de Educação, Joilza Rangel.

ORIENTE MÉDIO

Trump reafirma desejo de tomar Gaza na 'mão grande'

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Em passagem pelo Catar, durante giro pelo Oriente Médio, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a defender, ontem, o desejo de assumir o controle sobre a Faixa de Gaza. Em nota, o Hamas rejeitou novamente a proposta afirmando que o território não está à venda.

"Gaza é parte integrante do território palestino - não é um imóvel à venda no mercado aberto. Permanecemos firmemente comprometidos com nossa terra e nossa causa nacional, e estamos preparados para fazer todos os sacrifícios para preservar nossa pátria e garantir o futuro de nosso povo", afirmou Basem Naim, membro do Bureau político do Hamas, em Gaza.

Em conversa com empresários do Catar, Trump disse que os EUA tornariam Gaza uma "zona de liberdade", argumentando que não haveria mais nada a salvar no território após 19 meses de guerra.

"Quero ver (Gaza) uma zona de liberdade. E se for necessário, acho que ficaria orgulhoso se os Estados Unidos a tivessem, a conquistassem e a tornassem uma zona de liberdade. Que coisas

boas aconteçam", disse o presidente norte-americano, segundo informou a Reuters.

A infraestrutura do enclave palestino foi, em boa parte, destruída pelos bombardeios de Israel, que conta com apoio financeiro, logístico e militar dos Estados Unidos. Em fevereiro deste ano, Trump havia afirmado querer transformar Gaza em uma Riviera do Oriente Médio, espécie de litoral turístico, após a emigração em massa de palestinos da região.

A declaração de Trump provocou repúdio das principais lideranças palestinas, árabes, ocidentais e da Organização das Nações Unidas (ONU), que alegaram que medida configuraria uma limpeza étnica.

Diante da nova declaração de Trump, o líder do Hamas, Basem Naim, retrucou que Trump não conseguirá um mundo mais seguro e pacífico, como tem alegado defender, enquanto a "guerra e o genocídio em Gaza persistirem".

"O presidente Trump possui a influência e a autoridade necessárias para tornar isso [a paz] realidade, caso haja vontade política", afirmou, acrescentando que "os palestinos, como todos os povos do mundo, têm o direito de viver

em liberdade e dignidade dentro de um Estado independente e soberano".

7 DE OUTUBRO

A atual fase do conflito Israel-Palestina teve início com a invasão do Hamas de vilas israelenses em 7 de outubro de 2023, com cerca de 1,2 mil pessoas assassinadas e outras 220 sequestradas.

Em resposta, Israel iniciou uma operação militar de grandes proporções, tendo deslocado a maior parte da população civil de Gaza e mantido um bloqueio total de ajuda humanitária desde o dia 2 de março de 2025.

Até o momento, mais de 54 mil palestinos foram mortos e a fome castiga a população.

O líder do Hamas, Basem Naim, justificou que a organização defende a resistência como caminho legítimo para liberação e que somente o povo palestino tem o direito exclusivo de determinar seu futuro e escolher sua liderança.

"Temos repetidamente exigido eleições livres e justas, por meio das quais nosso povo possa expressar livremente sua vontade política. Respeitamos plenamente o resultado de tais processos democráticos", defende Naim.

Segundo ele, o grupo já reite-

rou diversas vezes a disposição de renunciar à autoridade governamental em Gaza e transferir o controle administrativo "de forma abrangente e incondicional, para qualquer órgão palestino acordado nacionalmente".

Ainda de acordo com o líder do Hamas, o 7 de outubro teria sido uma resposta, "um ato de autodefesa", contra mais de 76 anos de ocupação israelense dos territórios palestinos, "exacerbados pela impotência internacional em garantir uma solução política justa que cumpra os direitos legítimos do povo palestino".

"A história não começou em 7 de outubro", afirmou.

ANEXAÇÃO

Israel alega que só suspenderá a agressão à Gaza com a destruição completa do Hamas e o retorno dos reféns israelenses ainda sob o controle do grupo palestino. No início de maio, o governo de Tel Aviv aprovou um plano para conquistar Gaza e permanecer no território.

Para analistas consultados pela Agência Brasil, o fim do último cessar-fogo em Gaza busca anular o enclave palestino e blindar o primeiro-ministro e genocida, Benjamin Netanyahu de acusações de corrupção.

GUERRA DA UCRÂNIA

Sem Putin, Zelenski cancela ida a Istambul, e enviará delegação

Rússia e Ucrânia devem realizar suas primeiras negociações de paz diretas em três anos, disseram ambos os países nesta quinta-feira. Porém, as esperanças de um avanço permanecem fracas depois que o presidente russo, Vladimir Putin, rejeitou uma oferta do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, de se encontrarem pessoalmente na Turquia.

Mais cedo, a Rússia revelou que enviaria apenas uma delegação de segundo escalão de vice-ministros e especialistas para Istambul, onde devem ocorrer as conversas. Pouco tempo depois, Zelenski cancelou sua ida, mas disse que enviaria uma equipe liderada por seu ministro da Defesa, Rustem Umerov, para se encontrar com a delegação russa, embora o lado de Moscou não inclua "ninguém que realmente tome decisões", disse.

Poucos esperavam que Putin aparecesse na Turquia, e sua ausência minou qualquer esperança de progresso significativo nos esforços para pôr fim à guerra de três anos, impulsionados nos últimos meses pelo governo Donald Trump e por líderes da Europa Ocidental.

Uma rodada antecipada de negociações já começou em confusão, quando delegações ucranianas e russas chegaram a cidades diferentes - os ucranianos estão na capital Ancara e os russos em Istambul - e passaram boa parte do dia questionando se elas sequer se encontrariam.

Zelenski criticou o Kremlin por seu "desrespeito" ao enviar uma delegação de nível médio a Istambul. "Não há horário para a reunião, não há pauta para a reunião, não há delegação de al-

to nível", disse Zelenski em entrevista coletiva após se reunir com o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan. "Acho que a atitude da Rússia não é séria."

Ao optar por enviar seu ministro da Defesa, o ucraniano disse ter tomado a decisão de demonstrar que a Ucrânia se engajaria em qualquer esforço de paz, mesmo aquele com a menor chance de sucesso.

Ofuscando tudo isso estava o presidente Trump, que disse aos repórteres que viajavam com ele no Air Force One que "nada vai acontecer até que Putin e eu nos encontremos". Trump, que esteve no Catar e nos Emirados Árabes Unidos nesta quinta, havia dito anteriormente que poderia viajar para a Turquia na sexta-feira "se algo acontecesse" nas negociações de paz. No entanto, não havia nenhuma outra indicação de que uma cúpula de última hora se concretizaria.

No último fim de semana, Putin propôs negociações diretas entre a Rússia e a Ucrânia, no que seria a primeira negociação presencial conhecida entre os dois lados desde as primeiras semanas da guerra, em março de 2022, logo após a invasão russa. Zelenski dobrou a aposta convidando o próprio Putin para comparecer, chegando a Ancara nesta quinta com seu ministro das Relações Exteriores e outros altos funcionários.

Mas Putin recusou e, em vez disso, enviou uma delegação idêntica à que havia enviado para as negociações de 2022, que fracassaram após cerca de dois meses e incluíram uma reunião de alto nível em Istambul. Nessa negociação, a Rússia fez inúmeras exigências inaceitáveis para

a Ucrânia, buscando a promessa de que o país jamais se juntaria à Otan e limitaria o tamanho de suas forças armadas.

Vladimir Medinski, ex-ministro da cultura que liderou a delegação russa em 2022 e retomou o cargo na quinta-feira, disse a repórteres que a Rússia viu a nova rodada de negociações como "uma continuação do processo de paz" daquele ano.

"A delegação está comprometida com uma abordagem construtiva, focada em encontrar possíveis soluções e pontos de contato", disse Medinski. "A Rússia vê as negociações como uma continuação do processo de paz em Istambul, que foi interrompido pelo lado ucraniano há três anos".

O comentário ecoou as declarações de Putin no domingo, nas quais ele não reconheceu as exigências ocidentais por um cessar-fogo de 30 dias e, em vez disso, pressionou para "retomar" as fracassadas negociações diretas de 2022 com a Ucrânia durante os primeiros meses da guerra, buscando manter Trump envolvido no processo e evitar pintar a Rússia como a parte difícil.

Nenhuma das partes especificou quando, exatamente, a reunião ocorreria. Zelenski deixou claro que as expectativas da Ucrânia eram baixas. "A Rússia não quer acabar com esta guerra", disse ele.

Zelenski afirmou que os Estados Unidos e a Turquia participariam de quaisquer negociações. Uma autoridade turca afirmou que Keith Kellogg, enviado especial de Trump para a Ucrânia, estava em Istambul nesta, e que Steve Witkoff, enviado especial para o Oriente Médio e a Rússia,

deveria chegar na sexta-feira.

O Secretário de Estado Marco Rubio, em Antália, Turquia, para outras reuniões, disse que o governo Trump estava "impaciente" pelo progresso nas negociações de paz entre a Ucrânia e a Rússia. Os Estados Unidos estavam "abertos a praticamente qualquer mecanismo" que pudesse gerar uma paz duradoura, disse Rubio, acrescentando: "Continuamos comprometidos com isso".

A diplomacia caótica desta quinta jogou luz na grande divergência entre Moscou e Kiev sobre como acabar com a guerra.

Zelenski quer um cessar-fogo imediato e incondicional, seguido de negociações sobre um potencial acordo de paz. Mas Putin, que parece confiante na superioridade da Rússia no campo de batalha, recusa-se a interromper os combates antes de obter concessões significativas de Kiev e do Ocidente.

Medinski, chefe da delegação russa, indicou que a Rússia continuaria a buscar concessões abrangentes em vez de um cessar-fogo imediato. Falando no consulado russo em Istambul, Medinski repetiu a frase frequente de Putin de que qualquer acordo de paz precisaria abordar as "causas profundas" do conflito - uma nomenclatura do Kremlin para uma série de questões, incluindo a existência da Ucrânia como um país independente alinhado ao Ocidente.

"O objetivo das negociações diretas com o lado ucraniano é - mais cedo ou mais tarde - alcançar o estabelecimento de uma paz duradoura, abordando as causas fundamentais do conflito", disse Medinski.

Nota

EUA IMPÕEM SANÇÕES A FACILITADORES FINANCEIROS DO HEZBOLLAH NO LÍBANO E IRÃ

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou ontem, novas sanções contra dois altos dirigentes do Hezbollah e dois facilitadores financeiros da organização, localizados no Líbano e no Irã. Segundo comunicado da pasta, os alvos desempenham papel central no envio de recursos internacionais à facção, "cujo financiamento por doadores estrangeiros representa uma parcela significativa do orçamento geral do grupo terrorista". De acordo com o Tesouro, as medidas fazem parte dos esforços para

"intensificar a pressão econômica sobre indivíduos relevantes do regime iraniano e seus representantes", afirmou o subsecretário Michael Faulkender. "A ação de hoje ressalta o amplo alcance global do Hezbollah por meio de sua rede de doadores e apoiadores terroristas, especialmente em Teerã." Um dos sancionados é Muin Daqiq Al-Amili, representante sênior do Hezbollah em Qom, no Irã, que desde 2001 coordena repasses de dinheiro entre Teerã e Beirute, segundo os EUA. Durante a guerra em Gaza, entre o fim de 2023 e o início de 2024, ele organizou o envio de pelo menos US\$ 50 mil a Jihad Alami, outro membro do grupo, para possível redistribuição em Gaza.